

MICROSCÓPIO

O sr. ministro da Guerra, que foi grande parte na instauração do atual regime e a êle tem associada a sua responsabilidade, afirmou, em importante entrevista concedida ao "Correio do Povo", que, terminada a guerra, teremos o plebiscito e se realizarão eleições livres em todo o território nacional. É já o segundo ministro que faz declarações semelhantes: não há, pois, como duvidar de intenções tão reiterada e autorizadamente expressas.

Existe, porém uma dificuldade. Como fez notar o sr. general Eurico Dutra, já não pode servir o cadastro eleitoral existente em novembro de 1937, porque muitos cidadãos morreram e outros, menores naquela época, possuem agora capacidade para votar. Mas tudo isto está sendo estudado — acrescentou S. Excia. — e aparecerá a seu tempo, na lei que regulará o pleito.

Colhe-se das declarações do ilustre, titular da pasta da Guerra que no sufrágio comum se baseará a próxima manifestação eleitoral e a ela seremos chamados como cidadãos, e não como simples profissionais desta ou daquela arte ou officio. Necessário se faz, portanto, organizar previamente o registro de eleitores, o que, na melhor das hipóteses, levará seis meses.

Assim sendo, parece-me perfeitamente dispensável repetir estudos que já foram feitos e se acham compendiados no Código Eleitoral. Ou muito me engano, ou falta apenas restabelecer a Justiça Eleitoral e pô-la a funcionar desde já, para que, calmamente e sem atropelos, se vá constituindo o corpo de eleitores, que deverá ser chamado na ocasião oportuna. Não creio possa passar pela cabeça de alguém que, depois da feliz experiência do Código Eleitoral — um beneficio positivo embora transitório da revolução de 1930 — se queira recorrer agora a outro sistema de eleições.

RAUL PILLA

9-9-44